



Reunião ampliada da **REGIÃO 3**

Prestação de contas físico-financeira e atualização sobre os anexos do Acordo Judicial

OUT-DEZ/2025

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Pautas

- Prestação de contas financeira
- Prestação de contas finalística
- Apresentação do Jornal Reparação
- Atualização sobre os anexos
- Apresentação do estudo sobre a presença de rejeitos

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA

Síntese comparativa da execução financeira – Trimestre Out a Dez 2025 –

RUBRICA	EXECUTADO (R\$)	PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO-PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO PLANEJADO (%)
1 - PESSOAL	R\$ 2.718.738,49	R\$ 2.475.818,20	R\$ -242.920,29	110%
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 213.159,54	R\$ 210.346,07	R\$ -2.813,47	101%
3 - CONSULTORIAS	R\$ 10.472,98	R\$ 25.278,38	R\$ 14.805,39	41%
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 49.892,49	R\$ 53.438,73	R\$ 3.546,24	93%
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 58.369,34	R\$ 76.831,42	R\$ 18.462,08	76%
6 - TRANSPORTE	R\$ 214.910,06	R\$ 224.160,84	R\$ 9.250,79	96%
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 46.028,87	R\$ 123.029,79	R\$ 77.000,93	37%
8 - VIAGENS	R\$ 22.140,04	R\$ 158.882,72	R\$ 136.742,68	14%
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 115.979,62	R\$ 56.022,22	R\$ -59.957,40	207%
TOTAL	R\$ 3.449.691,42	R\$ 3.403.808,37	R\$ -45.883,05	101%

Síntese comparativa da execução financeira – Trimestre Out a Dez 2025 –

RUBRICA	EXECUTADO (R\$)	PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO-PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO PLANEJADO (%)
1 - PESSOAL	R\$ 868.825,75	R\$ 779.070,37	R\$ -89.755,39	112%
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 89.349,79	R\$ 88.558,82	R\$ -790,97	101%
3 - CONSULTORIAS	R\$ 4.627,02	R\$ 11.168,12	R\$ 6.541,10	41%
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 20.733,55	R\$ 22.149,80	R\$ 1.416,25	94%
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 25.787,88	R\$ 33.944,52	R\$ 8.156,64	76%
6 - TRANSPORTE	R\$ 43.160,62	R\$ 34.947,52	R\$ -8.213,10	124%
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 12.484,61	R\$ 34.947,52	R\$ 19.006,35	40%
8 - VIAGENS	R\$ 8.247,33	R\$ 31.490,96	R\$ 41.236,02	17%
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 51.089,01	R\$ 49.483,35	R\$ -26.411,23	207%
TOTAL	R\$ 1.124.305,57	R\$ 1.075.491,25	R\$ -48.814,32	105%

Síntese comparativa da execução financeira – Trimestre Out a Dez 2025 – Global

RUBRICA	EXECUTADO (R\$)	PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO-PLANEJADO (R\$)	EXECUTADO PLANEJADO (%)
1 - PESSOAL	R\$ 3.587.564,24	R\$ 3.254.888,57	R\$ -332.675,67	110%
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 302.509,33	R\$ 298.904,89	R\$ -3.604,44	101%
3 - CONSULTORIAS	R\$ 15.100,00	R\$ 36.446,49	R\$ 21.346,49	41%
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 70.626,04	R\$ 75.588,53	R\$ 4.962,49	93%
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 84.157,22	R\$ 110.775,94	R\$ 26.618,72	76%
6 - TRANSPORTE	R\$ 258.070,68	R\$ 259.108,37	R\$ 1.037,69	100%
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 58.513,48	R\$ 154.520,76	R\$ 96.007,28	38%
8 - VIAGENS	R\$ 30.387,37	R\$ 208.366,06	R\$ 177.978,69	15%
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 167.068,63	R\$ 80.700,00	R\$ -86.368,63	207%
TOTAL	R\$ 4.573.996,99	R\$ 4.479.299,62	R\$ - 94.697,37	102%

Síntese de rendimentos – Out a Dez 25

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
RENDIMENTO BRUTO	R\$ 398.712,59
ENCARGOS S/ RENDIMENTOS	R\$ 159.838,39
IRRF	R\$ 143.505,13
COFINS	R\$ 16.333,26
TOTAL	R\$ 238.874,20

Informações referentes a análise de dispêndios Ernst & Young (EY) - 05/2024 a 12/2024

- O total selecionado na amostra foi de R\$ 9.225.007,44 (nove milhões, duzentos e vinte e cinco mil, sete reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 81,07% do valor total reportado

Rubrica CAMF	Dispêndios apresentados durante o período	Dispêndios Avallados na Amostra
Alimentação	194.127,73	9.000,00
Material Permanente / Investimentos	92.929,28	71.620,87
Material de Consumo e Expediente	168.718,18	10.200,00
Serviço de Terceiros	703.565,73	15.520,03
Transporte	579.449,18	274.958,35
Viagens	98.797,81	5.818,00
Tarifas e Taxas	63.725,33	5.858,19
Fundo de Reserva	-	-
Pessoal	9.477.117,36	8.832.032,00
Total	11.378.430,60	9.225.007,44

* Valores expressos em Reais (R\$)

Informações referentes a análise de dispêndios Ernst & Young (EY) - 05/2024 a 12/2024

- Consolidação dos resultados alcançados pela EY

Rubrica CAMF	Dispêndios Avaliados na Amostra	Valores aderentes ao Plano de Trabalho	Valores com documentação suporte ausente ou insuficiente	Valores não previstos no Plano de Trabalho
Alimentação	9.000,00	9.000,00	-	-
Material Permanente / Investimentos	71.620,87	71.620,87	-	-
Material de Consumo e Expediente	10.200,00	10.200,00	-	-
Serviço de Terceiros	15.520,03	15.520,03	-	-
Transporte	274.958,35	274.958,35	-	-
Viagens	5.818,00	5.818,00	-	-
Tarifas e Taxas	5.858,19	5.858,19	-	-
Fundo de Reserva	-	-	-	-
Pessoal	8.832.032,00	8.832.032,00	-	-
Total	9.225.007,44	9.225.007,44	-	-

* Valores expressos em Reais (R\$)

** Valores referente a seleção amostral das competências analisadas

Execução financeira – linha 11R

RUBRICA	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL
1 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2- TRANSPORTE	R\$ 2.296,78	R\$ 1354,46	R\$ 6.174,80	R\$ 9.826,04
3 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 370,98	R\$ 1.260,85	R\$ 1.859,34	R\$ 3.491,17
4 - VIAGENS	R\$ 490,00	R\$ 442,83	R\$ 1.448,64	R\$ 2.381,47
TOTAL	R\$ 3.157,76	R\$ 3.058,14	R\$ 9.482,78	R\$ 15.698,68

- No período de Outubro a Dezembro de 2025 a Rede executou o valor total de **R\$ 15.698,68**

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

Eixos do Plano de Trabalho 07

- Gestão
- Participação Informada
- Anexo 1.2
- Anexos 1.3 e 2
- Anexo 1.1

Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização20/01/2026
15:32:19

01/10/2025

31/12/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Todos

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

281 Agendas

Horas Totais de Agenda

3630 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



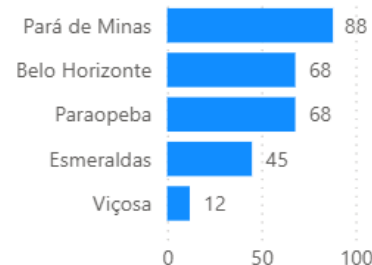
Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



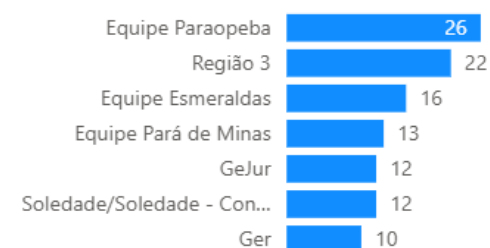
Agendas por Escritório



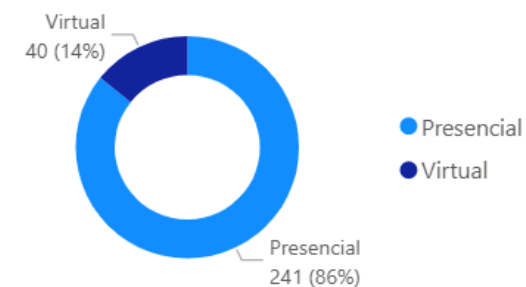
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Geral

Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização20/01/2026
15:32:19

Gestão

01/10/2025

31/12/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Gestão

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

88 Agendas

Horas Totais de Agenda

1187 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade

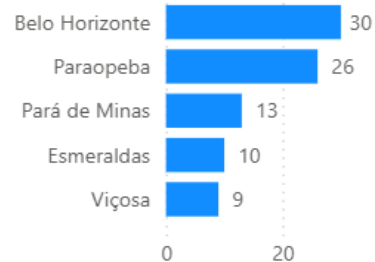


Agendas por Objetivo Específico

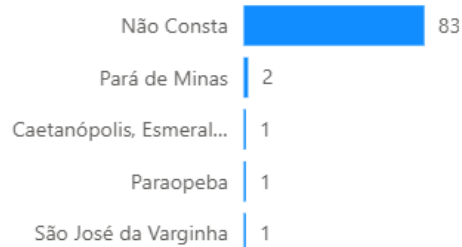


Status das Agendas

Agendas por Escritório



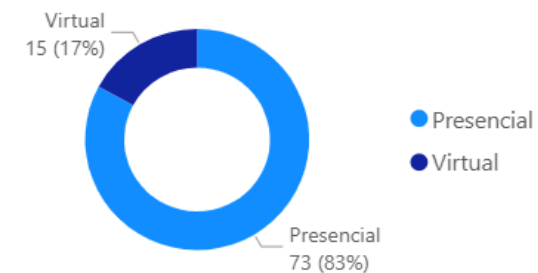
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização20/01/2026
15:32:19Participação
Informada

01/10/2025 31/12/2025



Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Participação Informa...

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

88 Agendas

Horas Totais de Agenda

1750 Horas

Agendas Faltando Evidências

0 Agendas

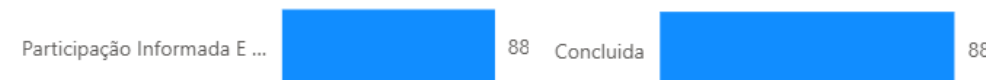
Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas

Agendas por Escritório



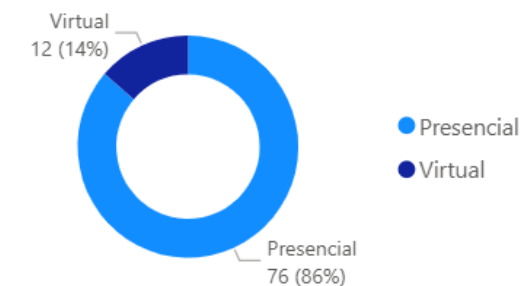
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização20/01/2026
15:32:19

Anexo 1.2

01/10/2025 31/12/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Anexo 1.2

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

13 Agendas

Horas Totais de Agenda

146 Horas

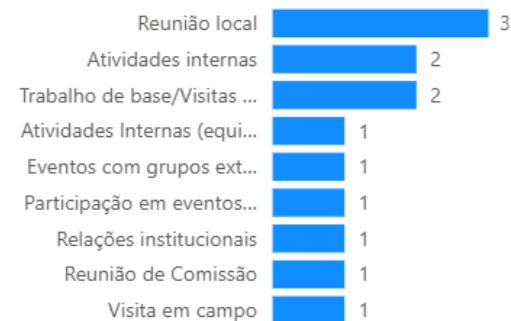
Agendas Faltando Evidênci

0 Agendas

Agendas por Atividade

12R - PTR - Apoio Re...

Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



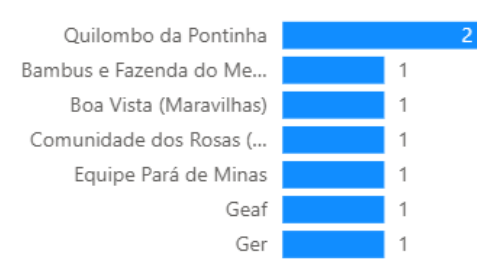
Agendas por Escritório



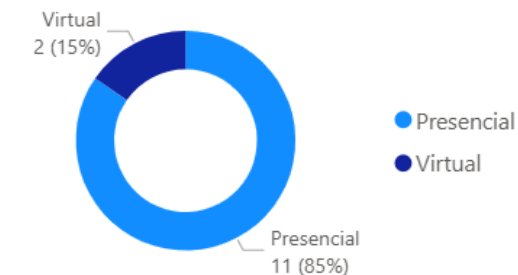
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização20/01/2026
15:32:19

01/10/2025

31/12/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Anexos 1.3 E li

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

22 Agendas

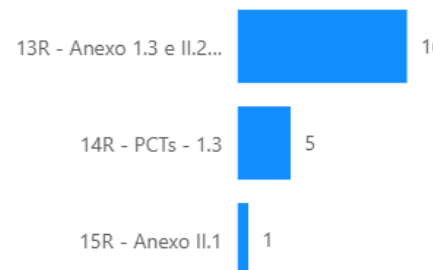
Horas Totais de Agenda

98 Horas

Agendas Faltando Evidência

0 Agendas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



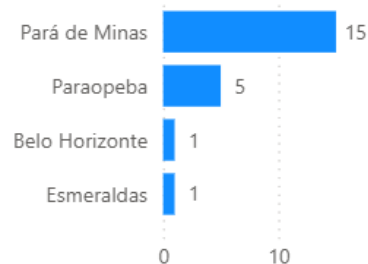
Agendas por Objetivo Específico



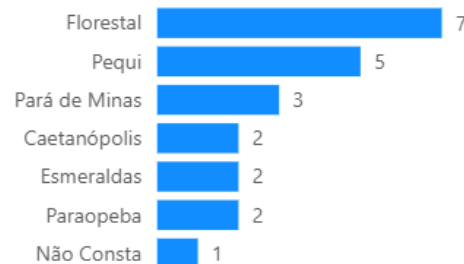
Status das Agendas



Agendas por Escritório



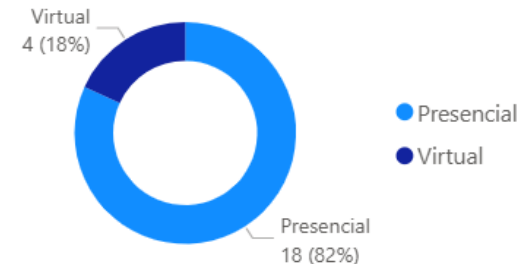
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Indicadores

Calendário

Tabela

Planejado x..

Atividades

Timesheet

Custo...

Jornadas

Última
Atualização20/01/2026
15:32:19

01/10/2025

31/12/2025

Município

Todos

Comissão

Todos

Escritório

Todos

Status

Todos

ID da Agenda

Todos

Objetivo Específico

Anexo 1.1

Atividade

Todos

Tipo de Atividade

Todos

Número de Agendas

70 Agendas

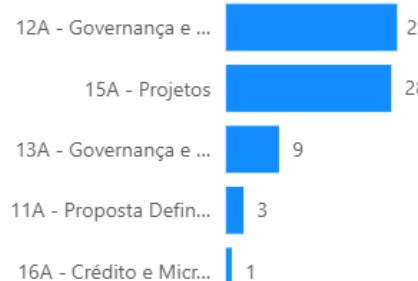
Horas Totais de Agenda

449 Horas

Agendas Faltando Evidência

0 Agendas

Agendas por Atividade



Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



Status das Agendas



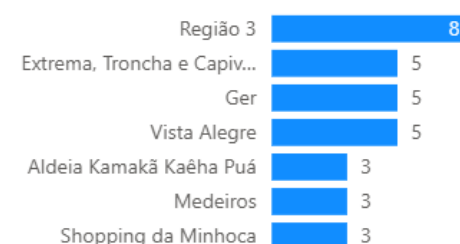
Agendas por Escritório



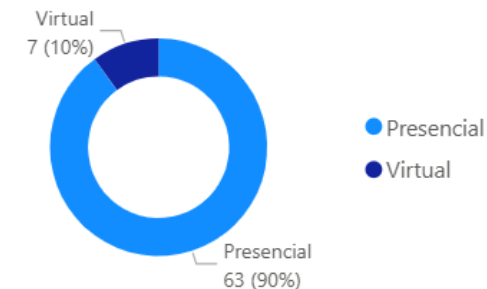
Agendas por Município



Agendas por Comissão



Agendas Presenciais x Virtuais



Anexo 1.1

JORNAL REPARAÇÃO #13

Janeiro 2026

Jornal
Reparação
Janeiro 2026
Nº 13

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE APOIO
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
Pelo BARRAGENS

Instauração do Setor dos Povos de
Terreiros e de Matrizes Africanas (ETOMIAS)
em Paraopeba, janeiro de 2026



**CONSELHOS CONSOLIDAM
PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Por meio deles, as pessoas atingidas vão ajudar
a decidir os rumos e a destinação dos recursos
do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação **Página 4**

**COMUNIDADES SEGUEM
EM PERIGO**
Estudos de Risco à Saúde Humana
e Risco Ecológico agora só ficam
prontos em 2030
página 3

AUXÍLIO EMERGENCIAL
Direito das pessoas atingidas,
pagamentos começam a
acontecer na Bacia do Paraopeba.
Mas a Vale não quer arcar
página 5

ANEXO 2.2
Pessoas atingidas fazem
mapeamento participativo
para garantir recursos
página 7

Foto: Airiane Silva / Caritas-MG

Caetanópolis • Esmeraldas • Florestal • Fortuna de Minas • Maravilhas • Papagaios • Pará de Minas • Paraopeba • Pequi • São José da Varginha

JORNAL REPARAÇÃO

Socioambiental e Anexo 1.1

9 JORNAL REPARAÇÃO

Reparação socioambiental

Fabiano Azevedo e Marcos Oliveira

Rejeitos continuam avançando e podem contaminar novas áreas

Estudo do Nacab revela que cheias de 2022 amplificaram geograficamente os danos do desastre-crime inicial



Um estudo técnico-científico do Nacab traz novo entendimento sobre as consequências da deposição de rejeitos do rompimento da barragem da Vale no Paraopeba.

Utilizando imagens de satélite, o estudo, aceito pela revista acadêmica *Remote Sensing Applications Society and Environment*, comprova que os rejeitos da Vale foram transportados através do Paraopeba nas cheias de 2020 e 2022. O resultado é alarmante: uma área de mais de 65 milhões de m² apresentou alta concentração do mesmo tipo de ferro encontrado no rejeito da barragem.

O estudo aponta também que uma área de 24 milhões de m² apresentou, após as cheias, aumento da concentração de ferro e argila – material característico na composição do rejeito por mineração – e intensa perda da vegetação. Os índices evidenciam que o rejeito foi redistribuído no território, anos após o desastre-crime.

A pesquisa identificou o que os pesquisadores chamam de “danos supervenientes e continuados”: estragos que vieram após o rompimento e de forma continuada. A cada nova cheia, o rejeito tóxico pode ser novamente movimentado e depositado em terras antes produtivas.

Centenas de pontos de captação de água, como poços e cis-

ternas, foram atingidos pela lama nas cheias. Dados coletados pela ATI, logo após as cheias de 2022, revelaram que o impacto foi devastador. Mona Lisa Cardoso, cuja propriedade fica às margens do rio, em Paraopeba, diz que suas terras nunca mais foram as mesmas: “a característica que nós identificamos foi a viscosidade daquela água com rejeito, uma coisa muito pesada. E o pior, depois que [a lama] secou, virou concreto, tem locais que tem até 40 cm de rejeito”, ela diz.

Apesar dos graves efeitos dessa nova contaminação, o Acordo Judicial assinado em 2021 não cobre esses novos danos. O valor pago para a reparação não envolve danos supervenientes, futuros e desconhecidos, como os causados pelo rejeito movimentado pelas cheias nos anos posteriores ao rompimento. Assim, o Nacab alerta que cerca de 2 mil pessoas estão sendo “revitimizadas”, enfrentando uma contaminação que ainda não tem previsão de indenização.

A lama não parou de avançar. Ela segue invadindo casas, quintais, áreas produtivas, plantações, pastagens e matas nativas, matando o solo e contaminando a água de quem achava que já tinha passado pelo pior.

Recuperação Socioambiental estacionada

Sendo uma obrigação de fazer da Vale e sem limite financeiro, o Programa de Recuperação Socioambiental (Anexo 2.1 do Acordo de Reparação) pouco avançou.

A principal ação do Anexo é o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba, em elaboração pela Arcadis, contratada pela Vale desde 2019. Após sete anos de trabalho, porém, existe apenas uma versão preliminar deste Plano.

Segundo o Comitê Pró-Brumadinho, 68 iniciativas estão definidas no âmbito do Programa (43 validadas e 25 em elaboração), mas o acesso ao Paraopeba segue proibido. Relatório da auditoria socioambiental Aecom, de outubro de 2025, indica que foram dragados cerca de 2 km de rio, de um total de 307 km, e que o Trecho 2 (de 3 a 6 km) ainda aguarda licenciamento. Projeção da ATI Paraopeba, usando dados da própria Vale, indica que o rio levará mais de 700 anos para ficar limpo – muito tempo para quem precisa dele hoje.

“O prejuízo foi grande e o sentimento é de revolta. A gente está nessa luta e não temos nenhum retorno. Ninguém vem aqui para ver como a gente está vivendo. Eu tinha um pomar e hoje não tenho mais. O peixe que eu pegava e vendia, agora não posso mais pescar. Meu terreno acabou! Está completamente desvalorizado e não posso plantar nada nele”, desabafou José Paulo da Silva, morador de Taquaras (Esmeraldas).

4 JORNAL REPARAÇÃO

Anexo 1.1

Marcos Oliveira, Marcio Martins, Pedro Reinaux

Inauguração de conselhos mobiliza Região 3

Processo contribui para a consolidação da governança do Anexo 1.1, mas indefinições ainda causam insegurança às pessoas atingidas

Como parte da implementação da governança do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação, os conselhos da Região 3 vêm sendo inaugurados desde outubro de 2025, com a certificação dos conselheiros e a priorização das categorias de danos, a partir de uma lista feita em parceria entre as pessoas atingidas e a ATI Paraopeba Nacab. Estas categorias irão orientar a Entidade Gestora (EG) na execução do Anexo 1.1.

Esta etapa, que incluiu a inauguração do Conselho Regional da Região 3 e do Setor Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), além dos 10 Conselhos Locais (atrelados aos municípios) e dos 6 Setores Locais de PCTs, é fundamental para a primeira fase do Anexo 1.1, com duração prevista de dois anos. Ela servirá de referência para a implementação dos projetos das comunidades e das linhas de crédito e microcrédito.

As reuniões também contemplam a entrega do regimento dos conselhos e a proposição de ideias de projetos, sem a obriga-

toriedade da escolha. Porém, algumas questões seguem indefinidas, como a divisão dos recursos entre as cinco regiões da bacia do Paraopeba e se conselheiras e conselheiros poderão receber diárias pelas horas dedicadas ou em compensação a trabalhos perdidos, para participar da governança do Anexo 1.1.

“Esses momentos de participação são de extrema importância para a gente, já que a construção do processo desse Anexo está sendo feita quase que totalmente pelas pessoas atingidas, juntamente com as orientações da Assessoria Técnica e da Entidade Gestora. Várias ideias surgiram em diferentes comunidades, com uma participação bem efetiva de todos”, enfatizou Pai Tozinho, da Aldeia das Folhas Tenda Pai

Julão das Almas, após a inauguração do Setor Regional de PCTs.

Valkuir da Silva, morador de Pindalbas e representante do Setor da Pesca e do Conselho Local de Pequim, destacou a importância da escolha



Karen Santos, do Terreno Aldeia das Folhas, participa da inauguração do Setor dos POTMAS em Paraopeba

das categorias de danos, mas chamou a atenção para a falta de informações sobre os recursos disponíveis. “Ideia não falta nas comunidades, mas para pensar os projetos é fundamental saber qual é a previsão de recurso para cada conselho, para então entender quantos projetos será possível realizar. Cada projeto demanda uma quantidade específica de recursos”, afirmou.

As categorias priorizadas são: Sociabilidade e Modos de Vida; Atividade Econômica, envolvendo a geração de renda; e Alimentação, com o foco na soberania alimentar, levando em consideração temas como acesso à água, moradia e infraestrutura.

GOVERNANÇA ANEXO 1.1

Conselhos Locais

Formados de acordo com a autonomia de cada município, com representantes das comunidades e grupos sociais atingidos

Conselho Regional

56 titulares e até 56 suplentes

4 são indicados do público geral e 1 de PCTs, por município

1 indicação de cada um dos 6 segmentos tradicionais

Setores Locais

Organização por segmento (pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, povos de terreno, indígenas e guardas de congado), respeitando a autonomia e a especificidade de cada grupo

Setor Regional (PCTs)

24 pessoas | 4 representantes de cada segmento de tradicionalidade* da Região 3

*Pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, povos de terreno, indígenas e guardas de congado

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Novo Auxílio Emergencial

Direitos das Pessoas Atingidas

Jornal REPARAÇÃO 5

Fabiano Azevedo

Novo Auxílio Emergencial começa, enfim, a ser pago

Parcelas de dezembro e janeiro foram depositadas, mas decisão ainda é provisória

Após uma série de idas e vindas judiciais ao longo de 2025, o Novo Auxílio Emergencial (NAE) começou a ser pago às pessoas atingidas pelo desastre-crime da barragem da Vale. Substituindo o extinto Programa de Transferência de Renda (PTR), que correspondia ao Anexo 1.2 do Acordo de Reparação, o Novo Auxílio foi solicitado judicialmente por instituições da sociedade civil, em cumprimento às leis de defesa das pessoas atingidas por barragens – a PNAB e a PEAB. Todas as 163,6 mil pessoas cadastradas no PTR continuam a ser contempladas com o novo benefício, cujos valores são os mesmos do início de 2025 na Região 3: meio salário-mínimo para adultos; um quarto para adolescentes e um oitavo para crianças.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a responsável pela operacionalização do Novo Auxílio: “A FGV opera o NAE até o fim da

operação do PTR, prevista para junho. Mas estamos à disposição do juízo, qualquer coisa que a justiça determinar, iremos cumprir”, afirma André Andrade, gerente executivo da FGV Projetos.

Órgão Especial do TJMG ainda vai votar pela legitimidade da decisão

A implementação de um auxílio emergencial na bacia do Paraopeba é resultado de uma luta que ainda não terminou. A decisão em 2ª instância, dada no fim de 2025, é provisória, e a Vale entrou com uma Reclamação junto ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), alegando que o Acordo de Reparação assinado em 2021 estaria sendo desrespeitado. A mineradora

tenta, a todo custo, se esquivar da responsabilidade pelo pagamento – exigindo inclusive que as associações que solicitaram o auxílio depositassem um valor como garantia, para ser ressarcida caso a decisão seja revogada. A Justiça negou esse pedido.

Além disso, tramita no TJMG um recurso da mineradora contra a implementação do NAE. Ele será julgado pelo desembargador André Leite Praça, da 19ª Câmara Cível.



O Novo Auxílio Emergencial foi uma luta presente em todo o ano de 2025

FGV promete conversar com quem teve problemas para receber

Na Região 3, muitas pessoas que não receberam, procuraram os escritórios do Nacab. Foi o caso de Francisco Alves, da comunidade de São José (Esmeraldas). Ele conta que, das quatro pessoas cadastradas da família, apenas uma recebeu o auxílio: “O que me deixa intrigado é

uma entidade como a FGV não encontrar as pessoas que ela tem cadastradas para realizar um pagamento. Encontrou os dados de um, mas não encontrou dos outros. E quando chegar de novo o quinto dia útil, vai ter novo pagamento. E o pessoal que não recebeu? Vai receber o atrasado?”, questiona ele.

André Andrade, da FGV, afirma que a entidade irá cuidar de caso a caso: “Em torno de 1% das pes-

soas não receberam, e isso é um caso crônico de pagamento, devido a algum problema com o CPF ou com a conta bancária da pessoa. A partir de janeiro, a gente vai começar a entrar em contato com as pessoas para que elas forneçam outras formas de remuneração, procurar um por um, por telefone, em casa, para que elas tenham a chance de receber. Então é interessante que elas atualizem o telefone no cadastro, para que a gente possa ligar para elas.”



Francisco Alves, da comunidade de São José, Esmeraldas

JORNAL REPARAÇÃO

Saúde e Anexo 2.2

Saúde

Sete anos de dúvidas e insegurança

Resultado do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e de Risco Ecológico (ERSHRE) deve ser entregue somente em 2030

Jornal REPARAÇÃO 3

Texto: Marcio Martins



Em novembro de 2025, professores da UFPA apresentaram os resultados preliminares do "Projeto Brumadinho", série de pesquisas realizadas nos territórios atingidos, que pode servir de referência para o ERSHRE.

O contato com a água do Paraopeba pode causar problemas de saúde? Pode-se beber a água dos poços próximos ao rio? E irrigar as plantações? As pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho são obrigadas a conviver com essas dúvidas nos últimos 7 anos, desde o desastre-crime cometido pela Vale em 2019.

Paula Gabriela Pereira da Silva, da comunidade de Fazenda da Ponte, em Esmeraldas, comenta sobre o medo e as dúvidas de viver às margens do rio. "Eu vejo aqui, na minha comunidade, que sem um estudo concreto, deixa todo mundo inseguro. Será que eu posso ir ao rio, na beira do rio, eu posso pisar naquela areia? Será que eu posso comer o peixe do rio? Tem um pé de manga ali que a enchente veio nele. Mas será que eu posso chupar aquela manga? A saúde mental acabou ficando meio perturbada, porque você não sabe o que é certo e o que é errado", disse.

De acordo com relatório de dezembro de 2025 da AECOM, responsável pela auditoria dos estudos, os compromitentes do Acordo de Reparação aprovaram

o cronograma final dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e de Risco Ecológico (ERSHRE) com a conclusão estimada para agosto de 2030, mais de onze anos após o rompimento.

Os ERSHRE são aguardados para contribuir na medição dos impactos causados após o rompimento. A princípio, o grupo EPA, escolhido e contratado pela Vale, era responsável pela elaboração e aplicação da primeira fase dos estudos. No entanto, o serviço prestado não atendeu às necessidades do processo de reparação e outra empresa foi escolhida em agosto de 2025, a Environmental Resources Management (ERM).

Desde então, a ERM não apresentou um plano de trabalho para a realização da segunda fase dos estudos, o que deixa as pessoas atingidas na mesma situação, convivendo com o receio de levar a vida às margens do Paraopeba. A empresa, além de ser a respon-

sável pelas próximas fases do ERSHRE, também deve divulgar os resultados da primeira fase. No total, os Estudos serão compostos por 5 fases.

Os Estudos buscam avaliar os efeitos da contaminação provocada pelo rejeito nos ecossistemas da bacia do Paraopeba e os riscos diretos e indiretos à saúde das populações que vivem na região. Isso inclui análise de água, solo, sedimentos, fauna e flora, além de indicadores de doenças associadas à exposição de metais pesados e outras substâncias tóxicas. No entanto, os ERSHRE ficaram parados por muito tempo em sua fase 1, gerando atrasos e questionamentos, por parte das Instituições de Justiça e da AECOM, responsável pela auditoria socioambiental do Acordo, e pelas pessoas atingidas, diretamente afetadas pelos potenciais riscos.



EMERSON BRAGA
Campos (Pequi)

Emerson Braga é pescador e morador da comunidade de Campos, em Pequi, e se mostra indignado com o descaso e a falta de informação. "Tão grande quanto a dúvida que nos mata, é a falta de humanidade por parte de autoridades e órgãos responsáveis. Envenenaram nosso rio, nossa terra e nossas águas. Contaminaram e adoeceram nossas famílias, crianças e idosos. Doenças respiratórias, feridas que não se curam, além das coceiras. O medo prevalece e o descaso de não termos uma resposta, um estudo e uma solução. Queremos nosso rio de volta, alimento para nossas famílias, vida e saúde para nosso povo", ressaltou Emerson.

Jornal REPARAÇÃO 7

Pedro Reinaux

Compensação Socioambiental

Comunidades rurais usam mapeamento participativo para fortalecer diálogo com prefeituras

Iniciativa parte dos próprios moradores e visa garantir recursos do Anexo 2.2

Para garantir que os recursos do Anexo 2.2 cheguem, de fato, às comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho, moradores da zona rural estão realizando levantamentos em seus próprios territórios. A iniciativa busca conhecer melhor a realidade local, construir propostas viáveis de saneamento e fortalecer o diálogo com o poder público municipal.



Reunião da comissão especial de acompanhamento das medidas de reparação em Pequi (novembro de 2025)

O mapeamento, feito pelos próprios moradores, reúne dados, como número de casas, quantidade de pessoas por moradia e a organização das comunidades no território. A partir dessas informações, passam a ser debatidas alternativas para o tratamento do esgoto doméstico, como os Tanques de Evapotranspiração (TEvap) e os biodigestores, tecnologias de baixo custo, simples de operar e ambientalmente adequadas.

Em Pindaíba, no município de Pequi, o levantamento contou com o conhecimento de quem vive na comunidade. Marilene Ramos desenhou o mapa local a partir da convivência com

as famílias, enquanto em sítios vizinhos o trabalho teve o apoio de Rildo Israel da Costa. "Esse levantamento ajuda a entender melhor nossa realidade e a negociar com o poder público de forma mais concreta", afirma Marilene.

Para Luiza Monteiro, coordenadora do Escritório de Pará de Minas, esse diálogo vai além da reparação: "o trabalho da ATI é pautado pelos Anexos do Acordo de Reparação, mas fortalecer as comunidades para dialogar com seus representantes no Legislativo e no Executivo municipal é uma contribuição que ultrapassa o processo de reparação". As comissões especiais têm se consor-

tiado como espaços importantes de diálogo entre as pessoas atingidas e o poder público. Em Pindaíba, essa articulação resultou na perfuração de um novo poço para atender o crescimento da comunidade, mostrando como a organização coletiva pode gerar resultados concretos.

O Anexo 2.2 trata da compensação socioambiental dos danos já conhecidos e prevê o saneamento básico universal, com aplicação dos recursos preferencialmente nas áreas atingidas. Ao longo de todo o processo, a Assessoria Técnica Independente atua para garantir a participação das comunidades nas discussões com prefeituras, órgãos estaduais e consultorias. Segundo Antônio Carlos de Souza, da Assessoria Estratégica do Nacab, "a câmara temática aproxima as pessoas atingidas da gestão municipal e prepara a comunidade para reivindicar seus direitos", reforçando a importância da participação popular para que as comunidades atingidas sejam atendidas pelos recursos do Anexo 2.2.



Mapeamento de Pindaíba, em Pequi, feito pela moradora Marilene Ramos

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Teia Agroecológica de Mulheres

Protagonismo feminino e autonomia a partir da agroecologia

Teia Agroecológica de Mulheres promove espaços formativos para qualificar sistemas produtivos

A ATI Paraopeba Nacab iniciou, em parceria com a deputada estadual Bella Gonçalves (Psol), o Teia Agroecológica de Mulheres, projeto que busca consolidar uma rede autônoma, protagonizada por agricultoras familiares, artesãs e lideranças comunitárias atingidas pelos crimes da mineração na bacia do Paraopeba.

Executado via emenda parlamentar, o projeto tem duração de 12 meses e segue três eixos transversais: alimentação, saúde e comercialização. Além disso, a agroecologia e as políticas de segurança alimentar e nutricional orientam as estratégias para acessar mercados e reforçar a identidade cultural dos territórios.

Segundo Júnia Maria Lousada, coordenadora da iniciativa, "o projeto traz uma boa nova na re-

gião de Pará de Minas, buscando fortalecer uma rede de mulheres nos sistemas produtivos. O projeto é uma oportunidade de florescimento dentro do processo de reparação dos danos causados pela Vale, fortalecendo mulheres e suas comunidades".

A proposta prevê oficinas de produção agroecológica, beneficiamento de alimentos, saúde e autocuidado, plantas medicinais, produção de cosméticos e comercialização. Entre os resultados esperados, estão o aumento da renda e melhorias nas condições de vida e trabalho, com a valorização do protagonismo feminino e o fortalecimento da organização popular.

“



O projeto traz uma boa nova na região de Pará de Minas, buscando fortalecer uma rede de mulheres nos sistemas produtivos. O projeto é uma oportunidade de florescimento dentro do processo de reparação dos danos causados pela Vale, fortalecendo mulheres e suas comunidades.

JÚNIA LOUSADA

Teia Agroecológica de Mulheres

Acolhimento a mulheres em risco

Previsto no Anexo 1.3 do Acordo de Reparação como um dos projetos de fortalecimento de serviços e políticas públicas, o Casa Acolhe Minas, iniciativa que pretendia atender mulheres atingidas vítimas de violência doméstica, foi cancelado. O projeto foi considerado inviável, apesar dos relatos recorrentes no território sobre casos de violência doméstica, assédio e insegurança.

Ainda não foram propostos projetos para substituir a Casa Acolhe Minas, mas a ATI Paraopeba Nacab trabalha na identificação de políticas públicas, a fim de contribuir neste processo. Obrigação de fazer da Vale, a iniciativa estava prevista para ser executada em Juatuba, com investimento de R\$ 23,8 milhões.

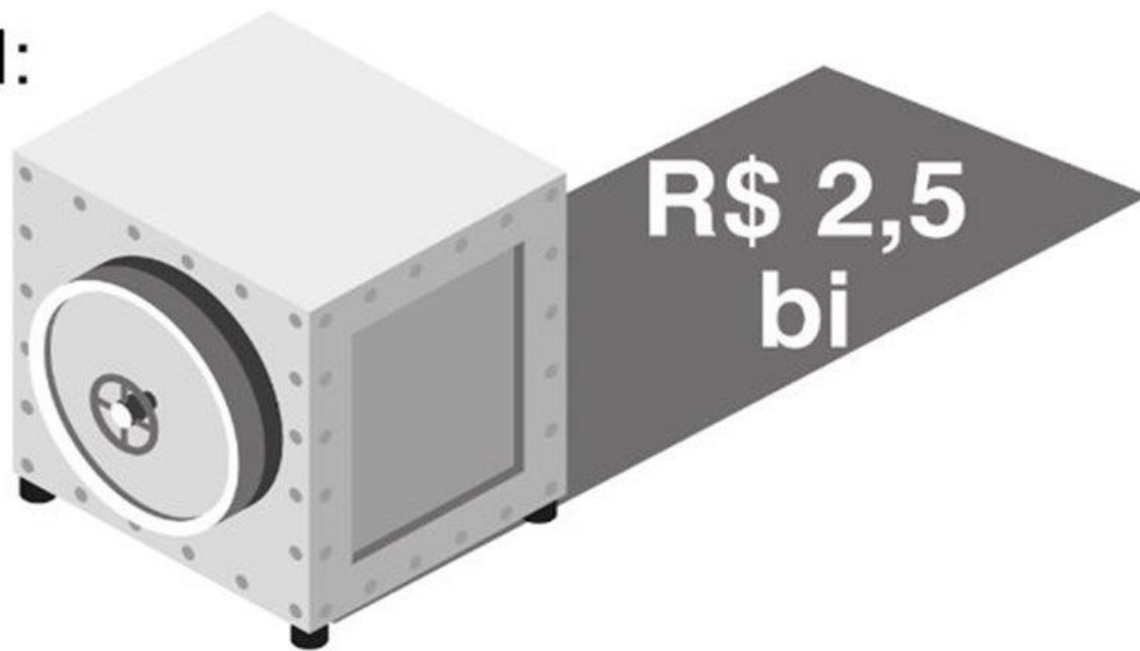


ANEXO 1.3

Projetos de fortalecimento de políticas públicas.

Valores:

Global:



Município	Valor do Acordo Inicial	Valor do Acordo Atual	Total de Empenhos Autorizados Atualizados	Saldo Teto Considerando a Reserva
Caetanópolis	77.542.899,34	102.517.723,36	71.674.139,90	16.412.413,20
Esmeraldas	128.816.967,08	170.306.015,22	161.242.873,79	3.875.491,71
Florestal	92.959.807,17	122.900.070,50	84.705.529,14	34.483.369,78
Fortuna de Minas	115.291.685,15	152.424.544,16	143.320.243,20	6.751.751,19
Maravilhas	97.124.682,38	128.406.358,35	114.159.566,80	10.224.146,85

Município	Valor do Acordo Inicial	Valor do Acordo Atual	Total de Empenhos Autorizados Atualizados	Saldo Teto Considerando a Reserva
Papagaios	96.551.558,96	127.648.644,76	119.582.307,24	7.884.932,90
Pará de Minas	94.444.888,45	124.863.463,05	107.388.981,22	16.731.281,03
Paraopeba	91.823.299,73	121.397.519,57	111.893.323,18	7.424.677,49
Pequi	87.896.611,75	116.206.133,70	100.862.828,81	10.548.893,24
São José da Varginha	92.725.923,82	122.590.858,57	90.116.495,52	25.984.942,08

ANEXO I.3 PARA PCTs

- **ESMERALDAS:** Oferta de cursos de capacitação e de cursos profissionalizantes
- **FLORESTAL:** Construção do sistema de captação e distribuição de água nas comunidades rurais
- **FORTUNA DE MINAS:** Poço Artesiano e Sistema Simplificado de Tratamento
- **PAPAGAIOS:** Construção de Creche

ANEXO I.3 PARA PCTs

- **PARÁ DE MINAS:** Pavimentação da Estrada de Bom Jesus do Pará a Córrego do Barro
- **PARAOPEBA:** Formação e Capacitação em Direitos Humanos, Associativismo e Contabilidade
- **PEQUI:** Reforma das Vias Rurais - Soledade, Pindaíbas e Campos

CÂMARAS TEMÁTICAS

- **PARÁ DE MINAS e ESMERALDAS:** Formato oficial de apenas vereadores, mas se comprometeram a sempre estar com a comissão de atingidos nas reuniões.
- **PEQUI e SÃO JOSÉ DA VARGINHA:** Composição de vereadores, prefeitura e atingidos.
- **PAPAGAIOS, MARAVILHAS E CAETANOPOLIS:** estamos tentando construir.
- **PARAOPEBA:** tentando rearticular.
- **FLORESTAL E FORTUNA DE MINAS**

Visitas Carlos Bruno

- PARÁ DE MINAS
- PEQUI
- SÃO JOSÉ DA VARGINHA
- PAPAGAIOS
- MARAVILHAS

ANEXO II

Reparação Socioambiental

ANEXO II.1 Recuperação socioambiental

Anexo II.1

OBRIGAÇÃO DE FAZER DA VALE



Recuperação Socioambiental



SEM TETO FINANCEIRO

A Vale é responsável por reparar todos os danos dos rompimentos de fevereiro de 2019, conforme previsto no Acordo



Plano de Reparação Socioambiental

elaborado desde 2019 por empresa contratada pela Vale, a Arcadis.

Análise da qualidade socioambiental da Bacia do Paraopeba



Antes do rompimento

Pós-rompimento



São **68 iniciativas de reparação definidas** para a Bacia, destas:

• **43** iniciativas validadas ou aprovadas

• **25** iniciativas estão em elaboração ou revisão ou avaliação



Execução acompanhada por **Auditoria socioambiental independente**

Panorama dos prazos das obras de reparação socioambiental

Obra ou medida	Prazo inicial	Prazo atual em 2026	Síntese da situação
Remoção de rejeitos da barragem B I e do rio Paraopeba com disposição na cava do Feijão	Novembro de 2025	Final de 2030	O prazo foi ampliado em cerca de cinco anos e a previsão atual é de remoção completa dos rejeitos da barragem e do rio Paraopeba, com disposição final na cava do Feijão até 2030.
Recuperação ambiental da bacia do Ribeirão Ferro-Carvão	Final de 2026	Outubro de 2030	O projeto, antes previsto para terminar em 2026, foi incorporado ao Projeto Conceitual Ferro Carvão e teve seu prazo ampliado até 2030, mantendo o ribeirão como fonte de risco de carreamento de sedimentos para o Paraopeba por mais quatro anos.
Dragagem do Trecho 1 do rio Paraopeba, primeiros 2 a 3 km	Setembro de 2020	19 de fevereiro de 2026, ,com fechamento administrativo em 01 de junho de 2026	A dragagem dos primeiros quilômetros do rio foi adiada de forma sucessiva, passou de agosto de 2025 para fevereiro de 2026, sendo que junho de 2026 corresponde apenas ao encerramento administrativo, não à retirada física do rejeito do leito do rio.



Rejeitos de barragem de Brumadinho se espalharam por ao menos 2,4 mil hectares após c...

OUTRO LADO: Vale afirma que rio Paraopeba tinha contaminação pré-rompimento e que levantamento anterior não encontrou similaridade de sedimentos com rejeitos

➞ www1.folha.uol.com.br



ANEXO II.2 - Compensação socioambiental dos danos já conhecidos

OBRIGAÇÃO DE PAGAR DA VALE

Conversão em obrigação de pagar conforme decisão judicial de junho de 2024.



Saneamento básico universal da Bacia do Paraopeba



Valor previsto*

R\$ 1,41 bilhão

A iniciativa está sendo executada pelas prefeituras dos **26 municípios atingidos**, com o apoio da SEMAD e BDMG.

São **57 iniciativas de Saneamento Básico definidas** pelos compromitentes para a Bacia, destas:



16

em execução



41

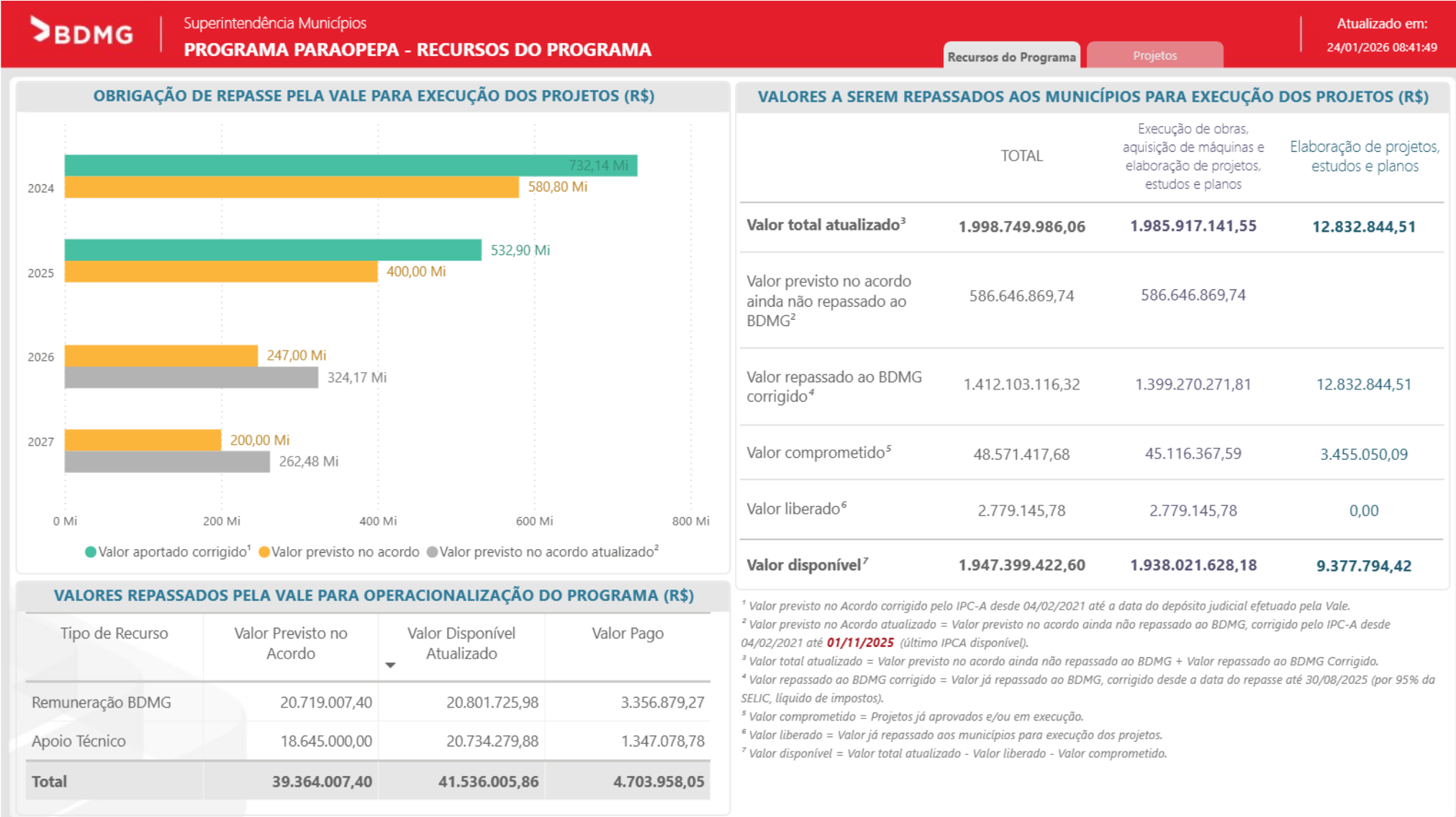
em desenvolvimento ou análise técnica

Dados de dezembro/2025

Programa de Universalização do Saneamento Básico

As ações previstas no Anexo II.2 ficam sob responsabilidade das prefeituras, que podem realizá-las com suas próprias equipes ou contratar as concessionárias de saneamento para executar os projetos

Painel de monitoramento do saneamento básico



Recursos reservado, autorizado para Região 3 em projetos de saneamento

Indicador	Valor (R\$)
Valor total de projetos	R\$ 24.607.290,85
Valor já liberado	R\$ 1.792.800,00
Valor ainda travado em projeto, licitação ou análise	R\$ 22.814.490,85

Fonte: Microsoft Power BI
Municípios - BDMG

 Prazos do Programa de Universalização do Saneamento (Anexo II.2);

Envio dos projetos: Os municípios têm até 15 de julho de 2026 para apresentar seus projetos ao BDMG.

Execução das obras:

Os projetos aprovados devem ser executados até julho de 2029.

Situação financeira dos municípios da Região 3, jan./2026

Município	Valor total de projetos (R\$)	Valor liberado (R\$)	Situação principal
Caetanópolis	1.198.512,30	0	Projetos e parte pendente, nenhum recurso liberado
Esmeraldas	6.637.072,17	0	Parte em análise e parte com pendências, nada liberado
Florestal	468.612,91	0	Parte autorizada e parte em execução, sem liberação
Fortuna de Minas	291.976,67	0	Plano de saneamento autorizado
Maravilhas	1.727.114,57	0	Projetos e revisão do plano municipal
Papagaios	2.623.488,24	0	Projetos de drenagem, esgoto e planos
Pará de Minas	4.952.438,52	0	Obras de drenagem e plano municipal
Paraopeba	5.053.069,70	1.195.200,00	Caminhão pipa e sistema de esgoto em execução
Pequi	942.405,77	0	Quatro projetos autorizados, ainda sem liberação
São José da Varginha	712.600,00	597.600,00	Caminhão pipa já comprado
Total R3	24.607.290,85	1.792.800,00	

Atuação da ATI na Região 3

As atividades foram desenvolvidas a partir das demandas das pessoas atingidas.

As ações incluíram:

- Reuniões de alinhamento e acompanhamento com as Comissões Especiais;
- Reuniões com prefeituras, como Pequi, Pará de Minas, Maravilhas e Caetanópolis para atualização dos projetos do Anexo II.2;
- Reunião de repasse de informações sobre o andamento dos projetos do Anexo II.2;
- Acompanhamento do levantamento participativo sobre saneamento.

Atuação da ATI na Região 3

- Acompanhamento da divulgação pública, pela prefeitura de Esmeraldas, da contratação da empresa PROJETAR para elaboração dos projetos de saneamento vinculados ao Anexo II.2
- Monitoramento, por parte da ATI e das pessoas atingidas, da ausência de diálogo da gestão municipal sobre a inclusão das comunidades atingidas de Esmeraldas nos projetos, mesmo após a contratação da empresa responsável

ANEXO 1.2 - PTR

Novo Auxílio Emergencial

O que aconteceu até agora?

- Associações ajuízam ACP em 14/03/2025 (dia da grande manifestação);
- Juiz Murilo de Abreu dá liminar em 28/03/2025;
- Vale recorre *imediatamente* e consegue a suspensão da liminar (agravo de instrumento) fazendo com que as pessoas atingidas recebessem apenas a metade do PTR entre março a outubro de 2025 e ficasse sem nenhum auxílio em novembro de 2025;
- Desembargador Leite Praça, após o TJMG indicar a 19ª Câmara Cível como competente, dá liminar restabelecendo provisoriamente a liminar do Juiz de Primeira Instância em 11/11/2025;
- Pessoas atingidas recebem o Novo Auxílio a partir de dezembro;

Novo Auxílio Emergencial

O que aconteceu até agora?

- Vale entra com Reclamação perante o Órgão Especial do TJMG no apagar das luzes de 2025, Presidente do TJMG nega a liminar pedida pela Vale;
- Vale entra com recurso de agravo interno contra as duas decisões monocráticas, do Desembargador Leite Praça e do Presidente do TJMG;

Novo Auxílio Emergencial

O que aconteceu até agora?

- Associações peticionam ao Juízo de Primeiro Grau para a Vale ser obrigada a pagar as diferenças do PTR entre março a outubro de 2025, bem como o Novo Auxílio Emergencial referente ao mês de novembro de 2025.
- Reclamação está sendo instruída, com a citação das associações e parecer do Ministério Público;
- Agravo de instrumento: pronto para ser julgado e aguardando marcação.
- Agravos internos estão sendo instruídos, podendo, a depender da vontade dos relatores, serem pautados antes dos recursos principais.

Novo Auxílio Emergencial

**O julgamento dos recursos da Vale
(agravo de instrumento, agravos internos
e reclamação)**

Vale tenta tornar a liminar do Murilo sem efeito.

- Se a Vale **ganha**, o que acontece?

- Pessoas atingidas ficam sem auxílio emergencial até o Juiz de Primeira Instância dar a sua sentença (decisão final sobre quem tem razão ou não).

- Se a Vale **perde (provisória e definitivamente)**, o que acontece?

- Decisão do Juiz Murilo teria de ser implementada.

Novo Auxílio Emergencial

Estimativa de tempos

- Agravo de instrumento (e seu agravo interno) - possibilidade em fevereiro ou março
- Reclamação (e seu agravo interno) - possibilidade maior a partir de março
- Sentença - construção de novos critérios e produção de provas em 2026?

Novo Auxílio Emergencial

Considerações finais

- Atualizações sobre a reunião com o Dr. Murilo
- Importância da mobilização para a conquista definitiva do Novo Auxílio Emergencial

PRESENÇA DE REJEITOS identificada via satélite após cheias do rio Paraopeba



Gerência de Reparação e Gerência Jurídica
Janeiro de 2026

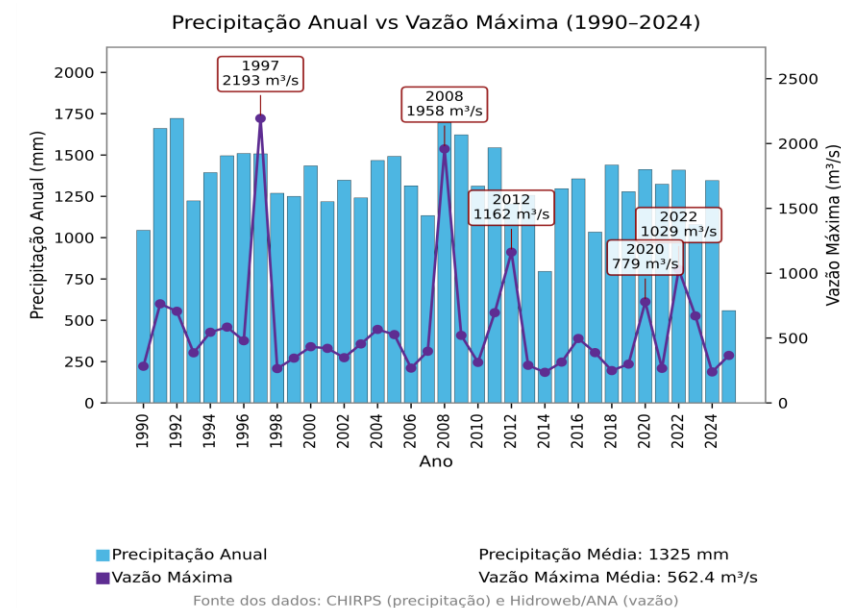
O que acontece com os sedimentos e rejeitos quando chove forte?

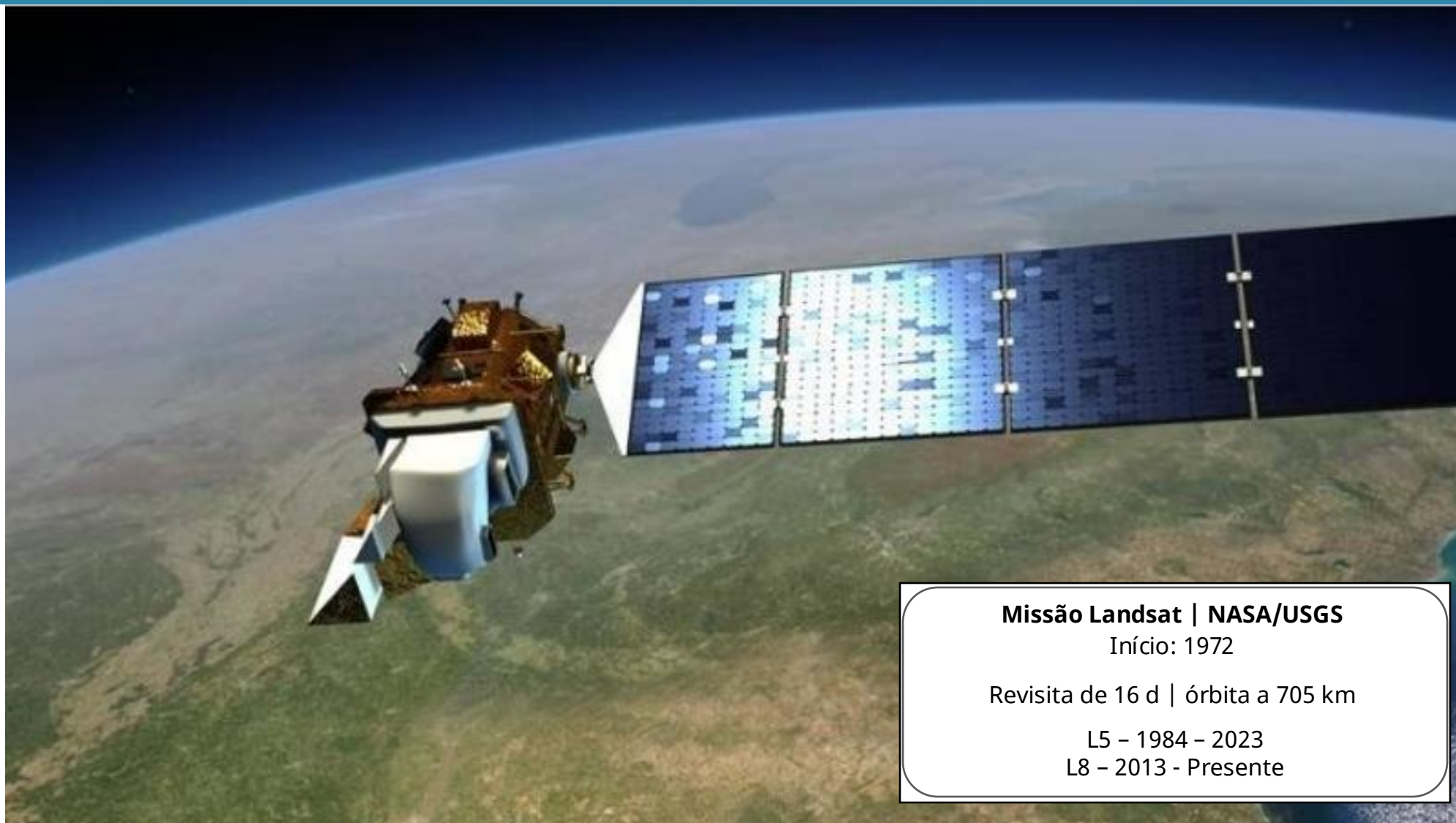


Os rejeitos que se depositaram no fundo do rio permaneceram parados?

O Cenário Crítico

Em **2020 e 2022**, enchentes perpetuaram o desastre-crime — o chamado "**Dano Supervenientes**".





Missão Landsat | NASA/USGS

Início: 1972

Revisita de 16 d | órbita a 705 km

L5 – 1984 – 2023

L8 – 2013 - Presente

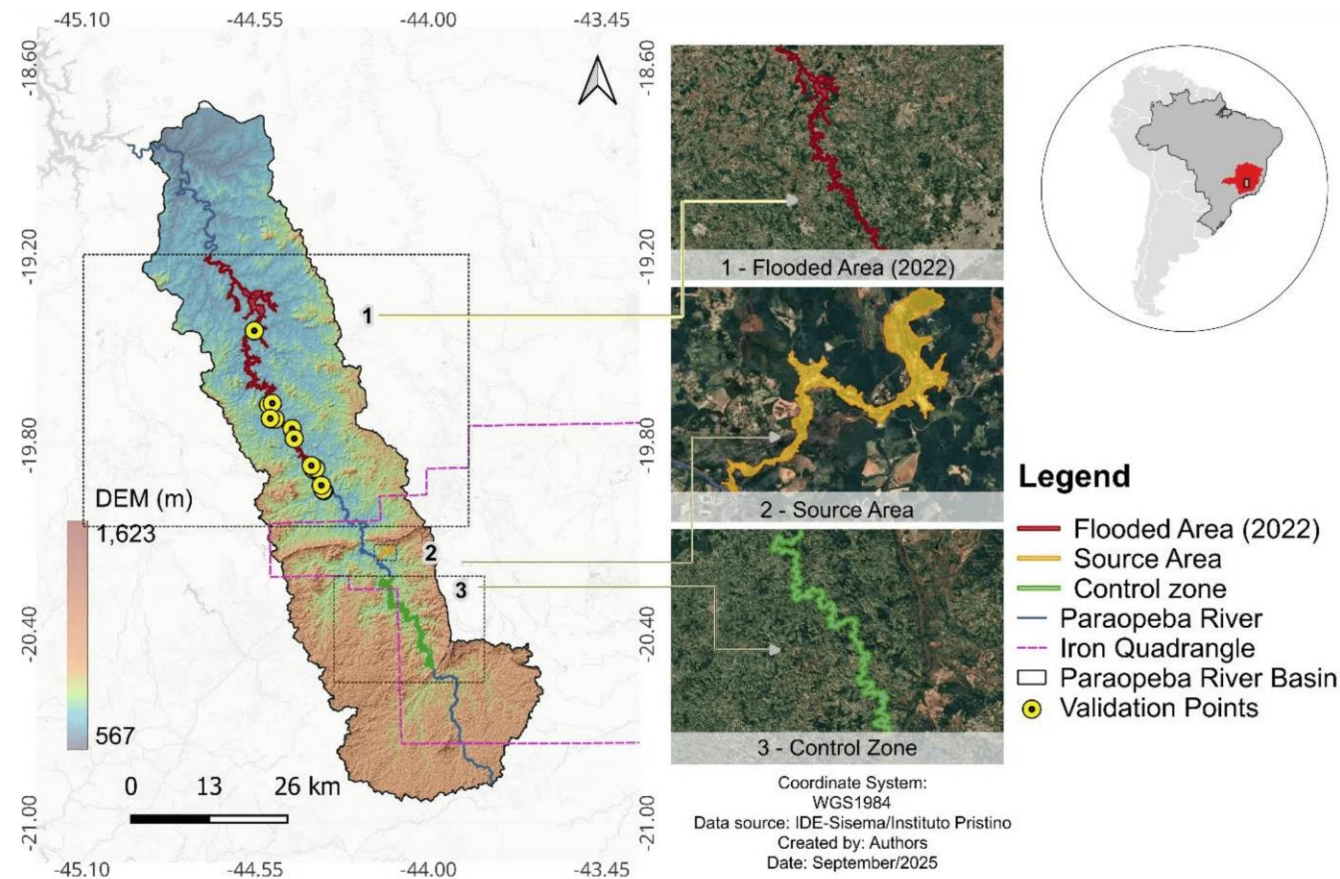
CONTEXTO DO ESTUDO

O rompimento da barragem B1 da Vale não foi apenas um evento pontual. Foi o início de um desastre-crime cujos danos continuam e transformam a geografia e a vida das pessoas atingidas ao longo do Rio Paraopeba.

12 Milhões m³
de rejeitos liberados

272 Vidas
perdidas no desastre

+ 300 km
de rio impactados



FLUXO DE TRABALHO

Satélites Landsat: 25 Anos DE DADOS ESPACIAIS

- 1 Coleta de Dados**
Análise de 25 anos de imagens de satélite (1997-2022).
- 2 Processamento**
Limpeza digital para remover nuvens e sombras das imagens.
- 3 Detecção**
Cálculo de índices que revelam a presença de minério de ferro.
- 4 Comparação**
Análise do "antes" e "depois" para identificar anomalias.

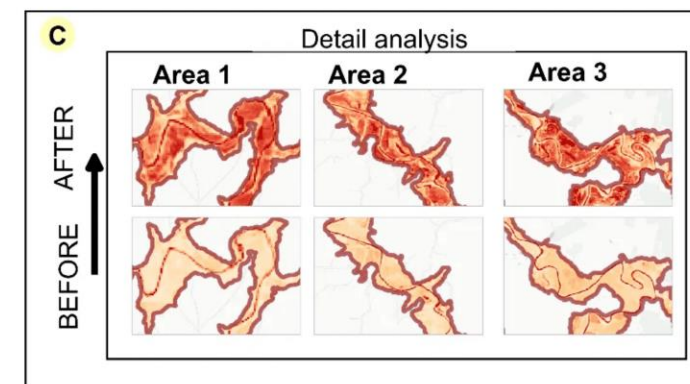
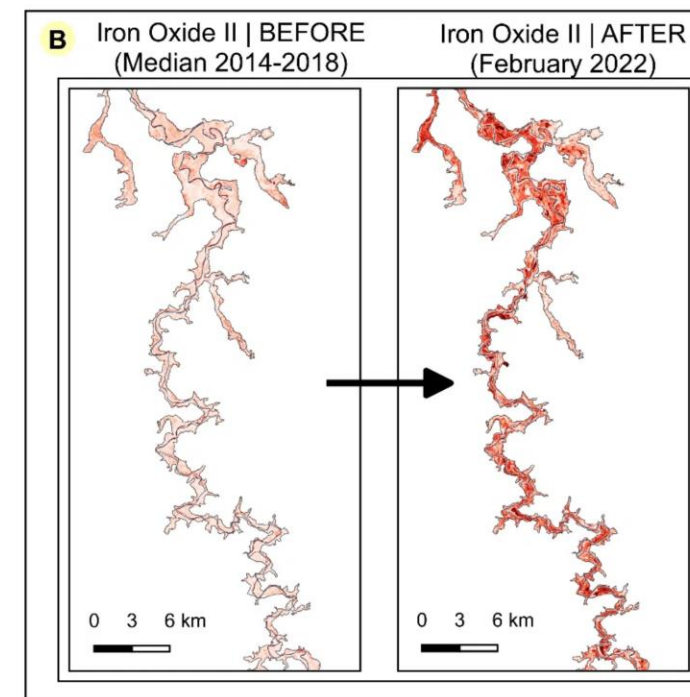
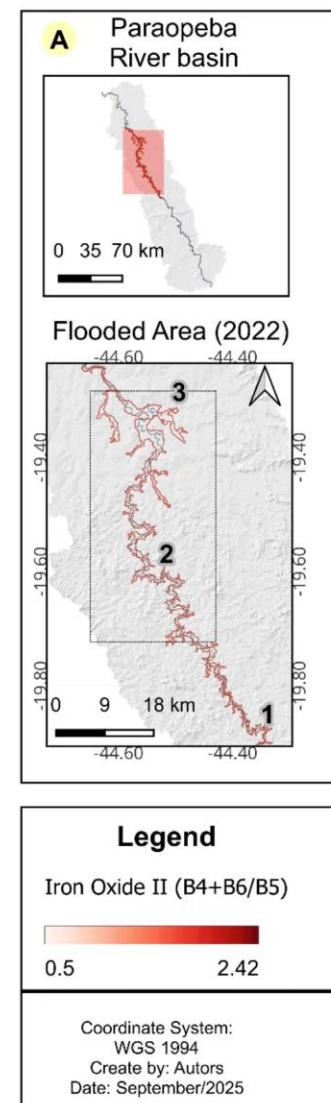
COMPARAÇÃO: Antes e Depois

O que estamos vendo?

Expansão do Óxido de Ferro DE ALTA CONCENTRAÇÃO

Compare os mapas. As áreas em **vermelho escuro** indicam alta concentração DE FERRO.

Note como as margens do rio tiveram um contraste forte de vermelho após a enchente de 2022.

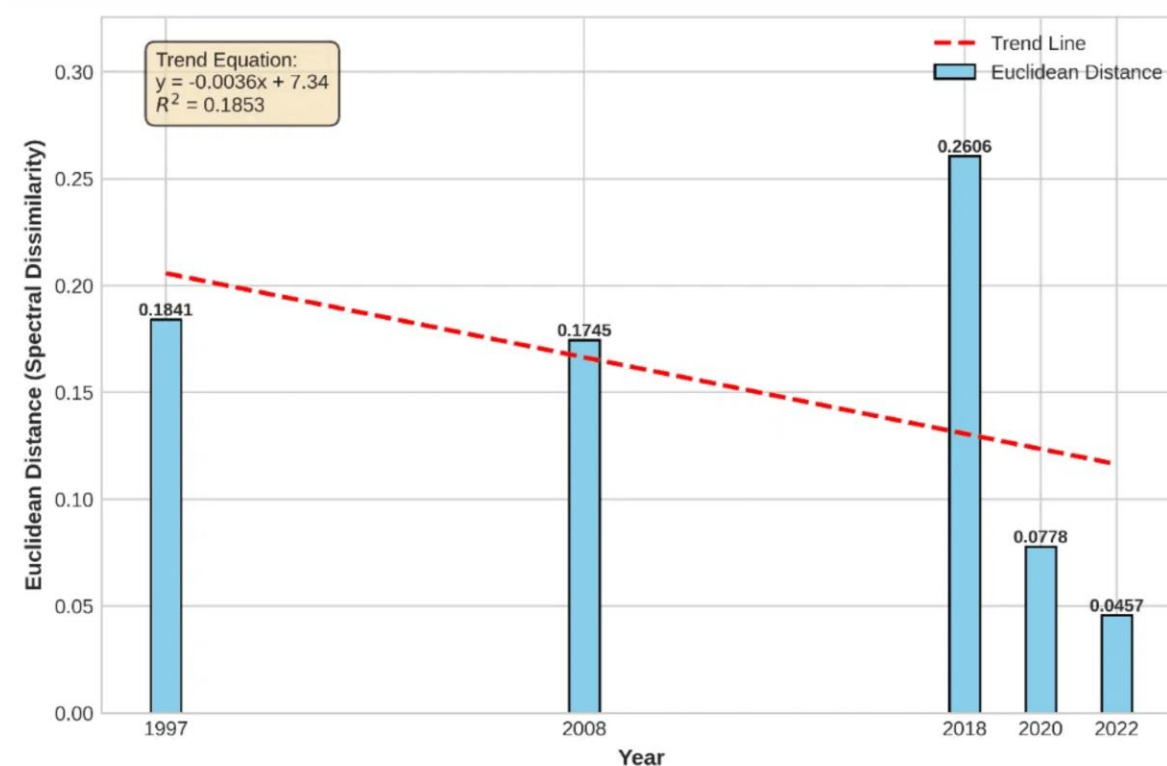


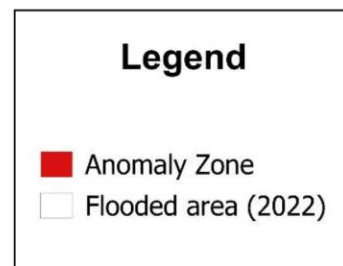
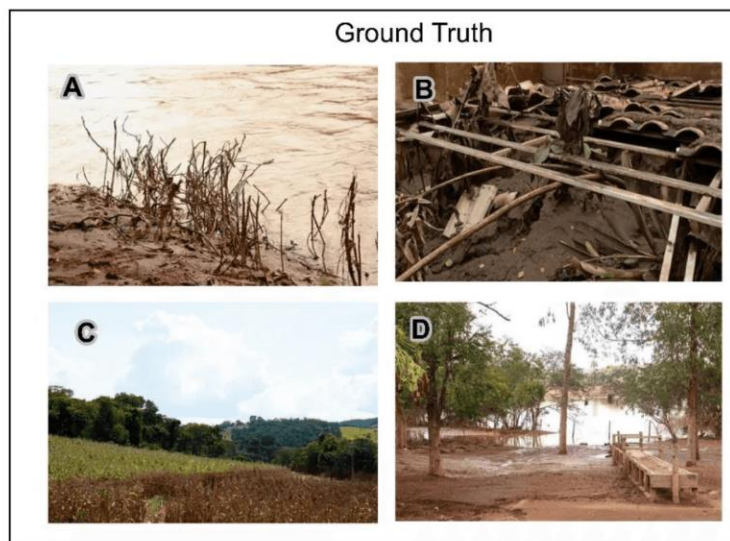
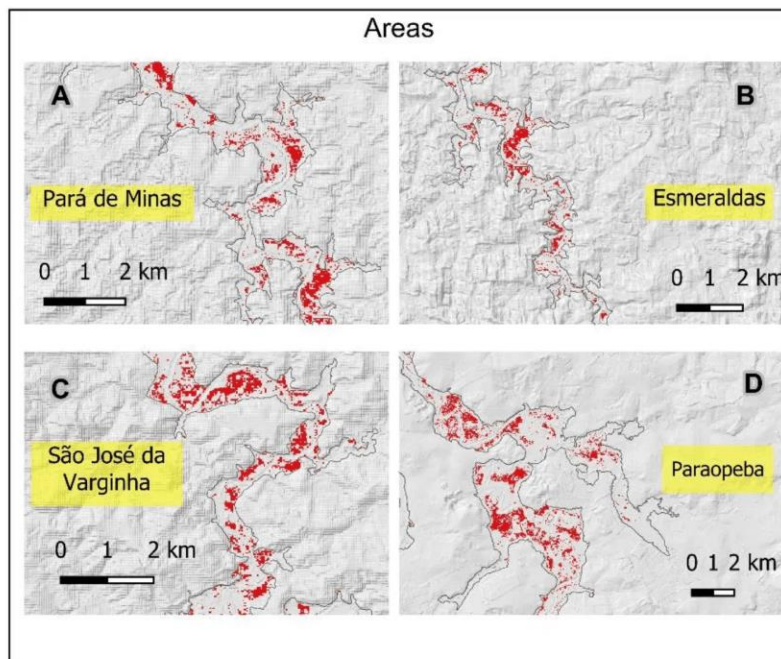
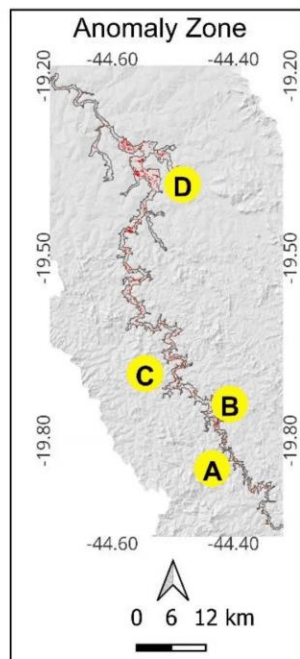
82,5%
Mais Parecidos

Medimos a "distância matemática" entre o rio e o rejeito.

Em **2018**, a barra era alta (eram diferentes).
Em **2022**, a barra despencou.

Locais nas margens do rio apresentaram as características do rejeito.





Coordinate System: WGS 1984
Data source: Ground truth photos from NACAB collection.
Create by: Autores
Date: September/2025

O que foi encontrado?

Vegetação morta, solo coberto por altas concentrações de ferro e argila

Locais Verificados nas fotos

Pará de Minas, Esmeraldas, São José da Varginha e Paraopeba.

Verdade de campo

As fotos de campo (A, B, C, D) validam o mapa de anomalias gerado pelo satélite.

14.322

Hectares Totais

Área analisada na planície de inundação (2022)

45,6%

Com Alguma Anomalia

6.530 hectares impactados

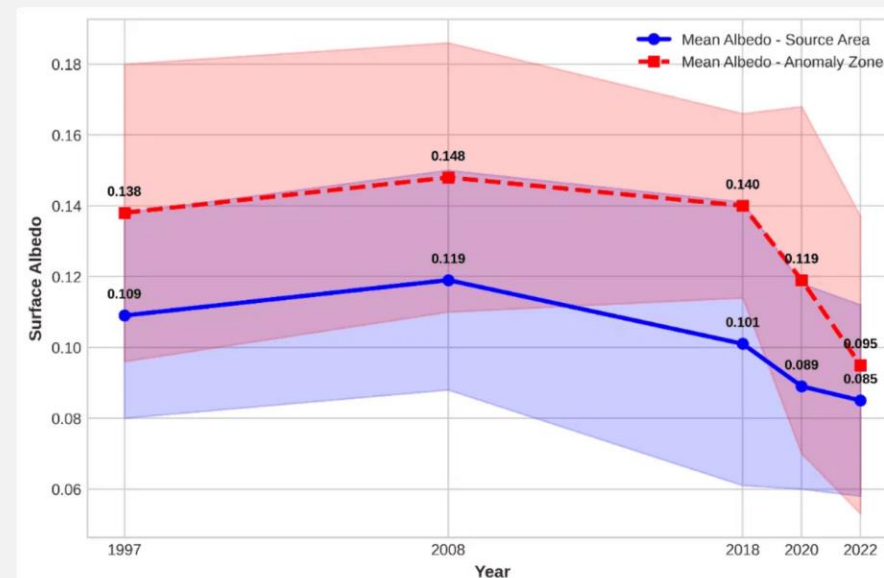
17%

Dano Máximo

2.442 hectares críticos

Dano Superveniente Continuado

O estudo cunhou este termo para descrever o fenômeno: o desastre não é um evento único. Ele é **reativado** e **expandido** a cada novo evento hidrológico extremo.



Quase Metade da Planície de inundação com ANOMALIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **O Desastre-Crime Não Acabou**

Ele é reativado e expandido a cada nova enchente.

- **A Ciência Comprova**

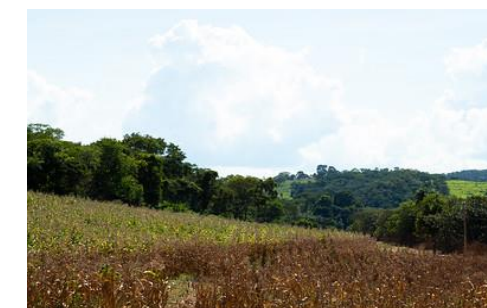
Os rejeitos continuam se espalhando pelo rio a cada chuva forte.

- **Risco Permanente**

Comunidades e agricultura continuam ameaçadas por rejeitos.

- **Responsabilidade Contínua**

A reparação não pode se limitar ao dano inicial de 2019.





DÚVIDAS, SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES

Obrigado(a)! Se cuida!



@nacabmg



@nacabmg

www.nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS